

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.942 - SP (2018/0329585-6)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : ILDES JOSE DE OLIVEIRA
ADVOGADO : LINCOLN DEL BIANCO DE MENEZES CARVALHO E
OUTRO(S) - SP235857
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : JOSÉ SALVADOR MARTINS
ADVOGADOS : RICARDO ALVES DE OLIVEIRA - SP170522
EMERSON CORTEZIA DE SOUZA - SP208632

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÓRIA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 485, V, DO CPC/1973. HIPÓTESE NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RESCINDENDO QUE FIXOU SANÇÃO DIVERSA DO CONSTANTE NA EXORDIAL. POSSIBILIDADE. BROCARDOS *IURA NOVIT CURIA* E DA *MIHI FACTUM, DABO TIBI IUS*. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 568/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por ILDES JODÉ DE OLIVEIRA, em face de decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (fl. 194):

RESCISÓRIA. Ação fundada em alegação de indevida aplicação de sanção por não vir postulada na inicial da ação por improbidade administrativa contra o autor proposta e julgada procedente. Não configurada, no caso, a violação a literal disposição de lei, hipótese prevista pelo art. 485, V, do CPC. Em ações dessa natureza, o julgador não está adstrito à indicação do tipo legal ou da sanção expressamente dita aplicável pelo autor. Cabe apenas ao magistrado a subsunção dos fatos às hipóteses legais e a aplicação da sanção em consonância com as diretrizes traçadas pela disposição legal de regência. O precedente citado pelo requerente não se aplica ao caso dos autos. Ressalte-se ainda, que, da *mihi factum, dabo tibi jus* e *iura novit curia* são princípios que vigoram em nosso ordenamento jurídico, sem embargo de ser indisponível o direito em disputa. Ação improcedente, revogada a liminar concedida initio litis.

No recurso especial interposto com fulcro em ambas as alíneas do permissivo constitucional, o recorrente, apontando violação dos arts. 2º, 128, 460, *caput*, e 485, *caput*, V, do CPC/1973, sustenta a vulneração ao argumento de que a Corte de origem rejeitou a rescisória por entender que poderia o acórdão rescindendo fixar sanção de perda da função pública por ato de improbidade diversa, não postulada na exordial.

Contrarrazões a fls. 246-289.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Parecer do Ministério Público Federal, a fls. 379-382, pelo não provimento do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

Registra-se que os recursos interpostos com fulcro no CPC/1973 sujeitam-se aos requisitos de admissibilidade nele previstos, conforme diretriz contida no Enunciado Administrativo 2 do Plenário do STJ.

Na espécie, a Corte de origem verificou que o caso dos autos, diante das alegações de julgamento *extra petita*, não se enquadrava na hipótese do art. 485, V, do CPC/1973, explicando que "na doutrina e na jurisprudência entendimento segundo o qual pode o juiz enquadrar o ato de improbidade em outro dispositivo ou delimitar sanções de forma diversa ao indicado na petição inicial, pois o réu se defende dos fatos que lhe são imputados e não da capitulação legal" (fl. 196), pois vige em nosso ordenamento jurídico os brocardos *iura novit curia* e o *da mihi factum, dabo tibi ius*, portanto, "a fixação da pena em razão da prática do ato ímprobo é tarefa a cargo, exclusivamente, do magistrado que, diga-se, não está vinculado à eventual indicação de conduta ou de sanção trazida pela peça inicial" (fl. 197), que no caso não denota inadequada.

Em sua análise, assim dispôs o julgador ordinário no acórdão recorrido (fls. 196-199):

Em que pese a alta qualidade retórica da inicial, a presente ação rescisória, fundada no art. 485, inciso V, do Código de Processo Civil "A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: (...) violar literal disposição de lei" - o pleito não prospera.

Ressalte-se, inicialmente, ser tranquilo na doutrina e na jurisprudência entendimento segundo o qual pode o juiz enquadrar o ato de improbidade em outro dispositivo ou delimitar sanções de forma diversa ao indicado na petição inicial, pois o réu se defende dos fatos que lhe são imputados e não da capitulação legal.

[...]

Deveras, na normatização da inculpação pela prática de ato de improbidade administrativa, a conduta do agente pode ser classificada nos tipos previstos pelos artigos 9º, 10º e 11, todos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, em relação aos quais são previstas as cominações previstas nos incisos I, II e III, do artigo 12 do diploma.

Nas ações dessa natureza cabe ao autor, na inicial, descrever os fatos e a conduta do agente público que consubstanciam a causa de pedir, **competindo ao julgador, e apenas a ele, adequá-los às hipóteses legais e, sobretudo, a aplicação da sanção de acordo com as diretrizes traçadas pela lei.**

Dessarte, **a fixação da pena em razão da prática do ato ímprobo é tarefa a cargo, exclusivamente, do magistrado que, diga-se, não está vinculado à eventual indicação de conduta ou de sanção trazida pela peça inicial.** Estas não limitam o exame do julgador que, consoante as peculiaridades do feito, tipifica-a e estabelece a reprimenda adequada, mesmo que esta seja em escalas diversas - superior ou inferior - das apontadas pelo autor.

Dessarte, **não estando o julgado adstrito ao enquadramento legal conferido pelo autor da ação ou vinculado às sanções indicadas, não há que se falar em julgamento além do pedido, inexistindo, dessa forma, a alegada violação literal à disposição legal.**

Como se sabe, o nosso ordenamento jurídico prestigia os princípios do *jura novit curia* e do *da mihi factum, dabo tibi ius*.

Isso significa que **a qualificação jurídica dada aos fatos narrados pelo autor não é essencial para o sucesso da ação. Tanto que o juiz pode conferir aos fatos qualificação jurídica diversa da atribuída pelo autor.**

Superior Tribunal de Justiça

O juiz aplica o direito ao fato, ainda que aquele não tenha sido invocado (RSTJ 21/432; RTJ 105/1024, RT 504/116, RF 255/253).

Ademais, o simples fato de a doutrina admitir a viabilidade jurídica do tratamento dado ao caso pelo v. aresto rescindendo ao aplicar o direito à espécie, é o suficiente para excluir o caso da incidência do art. 485, V, do CPC; **porquanto não aberrante a interpretação dada aos artigos 5º, LIV e LV, da CR e 2º; 128 e 460, caput; do CPC. Aliás, não custa repetir defende-se o demandado dos fatos; não da correspondente tipificação,** como bem sintetiza aludido vetusto brocardo *da mihi factum, dabo tibi jus*.

Por fim, registre-se que jurisprudência invocada a dar respaldo à pretensão (“Cabe ação rescisória por infringência literal a lei se o acórdão condenou de modo diverso do pedido na inicial” - STJ, AR nº 906/PR - f. 13), não se aplica ao caso, porquanto extraída de ação de cobrança de saldos de expurgos inflacionários. Sem esquecer deparar-se com direito indisponível.

Em suma, a pretensão não se amolda ao dispositivo invocado na inicial (art. 485, V, do CPC).

Com efeito, o entendimento exarado se mostra conforme à jurisprudência desta Corte Superior.

O pacífico entendimento do STJ é no sentido de que não há ofensa ao princípio da congruência quando a decisão judicial enquadra os supostos atos de improbidade em dispositivo diverso daquele trazido na exordial, uma vez que os réus se defendem dos fatos que lhes são imputados, competindo ao juízo, como dever de ofício, sua qualificação jurídica, expresso no brocardo *iura novit curia*.

Confiram-se, assim, na parte que interessa:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. PREQUESTIONAMENTO FICTO. NÃO OCORRÊNCIA. **PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ENQUADRAMENTO EM DISPOSITIVO DIVERSO. POSSIBILIDADE.** PRECEDENTES DO STJ. [...]

[...]

Do mesmo modo, essa Corte Superior possui orientação consolidada no sentido de que não há ofensa ao princípio da congruência quando a decisão judicial enquadra supostos atos de improbidade em dispositivo diverso do disposto na exordial. [...]

(EDcl no AgInt no AREsp 1.336.263/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/4/2019, DJe 22/4/2019)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. [...] **ENQUADRAMENTO DOS FATOS EM DISPOSITIVO DIVERSO DAQUELE APONTADO NA PETIÇÃO INICIAL. POSSIBILIDADE.** [...]

[...]

V - Esta Corte tem entendimento consolidado segundo o qual não há ofensa ao princípio da congruência em razão de decisão judicial que enquadra os atos de improbidade em dispositivo diverso do indicado na inicial, ao analisar os fatos nela descritos. Também não há irregularidade na determinação de ressarcimento ao erário, consequência da condenação

Superior Tribunal de Justiça

pelo art. 10 da Lei n. 8.429/92, pois esta Corte não entende a recomposição patrimonial, em improbidade administrativa, como sanção propriamente dita.

[...]

(AgInt no REsp 1.372.775/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 7/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL.[...] AFRONTA AOS ARTS. 128 E 460 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. [...] DOLO. AFERIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE, NO CASO. SÚMULA 7/STJ.

[...]

3. Como cediço, **"o STJ firmou entendimento no sentido de que 'não há violação dos arts. 128 e 460 do CPC e o julgamento extra petita quando o órgão julgador interpreta de forma ampla o pedido formulado na exordial, decorrente de interpretação lógico-sistemática da petição inicial'** (STJ, AgRg no REsp 1.366.327/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/05/2015). No mesmo sentido: STJ, AgRg no REsp 1.324.787/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/04/2015" (AgRg no AREsp 484.423/MS, Rel.

Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 14/12/2015).

4. Com efeito, **"não há que se falar em julgamento 'extra petita' na hipótese de decisão que enquadra o ato de improbidade em dispositivo diverso do indicado na inicial, pois a defesa atém-se aos fatos, cabendo ao juiz a sua qualificação jurídica"** (AgInt no REsp 1.618.478/PB, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 19/06/2017).

[...]

10. Na forma da jurisprudência desta Corte, **"evidenciado o elemento subjetivo na origem, a alteração das conclusões consubstanciada em elementos probatórios é vedada nos termos da súmula 7/STJ"; da mesma forma, "não demonstrado o excesso ou desproporcionalidade, a revisão da dosimetria das sanções aplicadas implica reexame de fatos e provas, inviável em sede de recurso especial.** Incidência da Súmula 7/STJ" (AgRg no AREsp 151.048/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 05/12/2017). Nesse mesmo sentido: AgInt no AgInt no AREsp 663.518/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 07/03/2018.

[...]

(AgInt no REsp 1.715.971/RN, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 3/5/2018, DJe 5/6/2018)

AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. LEI 8.429/92. VIOLAÇÃO DOS DEVERES DE MORALIDADE E IMPESSOABILIDADE. [...] LESÃO À MORALIDADE ADMINISTRATIVA QUE PRESCINDE DA EFETIVA LESÃO AO ERÁRIO. SANÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS COMPATÍVEIS COM A INFRAÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

1. A Ação de Improbidade Administrativa. Explicitação do cânone do art. 37, § 4º da Constituição Federal. A Ação de Improbidade tem como escopo impor sanções aos agentes públicos que pratiquem atos de improbidade nos

Superior Tribunal de Justiça

casos em que: a) importem em enriquecimento ilícito (art.9º); b) que causem prejuízo ao erário público (art. 10); c) que atentem contra os princípios da Administração Pública (art. 11), aqui também compreendida a lesão à moralidade administrativa.

2. Preliminar de julgamento extra-petita. Os recorrentes foram demandados em Ação de Improbidade, sede em que vários fatos foram invocados como incidentes na citada Lei 8.429/92.

Assim os réus defenderam-se dos fatos, competindo ao juízo a qualificação jurídica dos mesmos. Aliás, é cediço que a qualificação jurídica dos fatos é dever de ofício do Juízo, por isso iura novit curia.

Consectariamente, essa qualificação não integra a causa petendi e o seu ajuste na decisão à luz da demanda inicial não significa violação da regra da congruência, consubstanciada nos artigos 128 e 460 do CPC. Nesse sentido é lição de Barbosa Moreira, in O Novo Processo Civil Brasileiro, 1995, p. 20-21.

Deveras, as multifárias ações administrativas que se enquadram no novel diploma, transmudam o pedido de adequação das mesmas, aos fatos previstos, como nítida ação fungível, podendo o juízo, ao decidir, impor sanção aliud porém minus.

[...]

(REsp 439.280/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 1º/4/2003, DJ 16/6/2003, p. 265)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. [...]

[...]

3. Inexiste ofensa aos arts. 128, 459 e 460 do CPC/1973, na medida em que o réu se defende dos fatos descritos na petição inicial e não da capitulação jurídica apresentada. Precedentes.

[...]

(REsp 1375..840/MA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/6/2018, DJe 13/6/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. [...] AÇÃO DE IMPROBIDADE. MUNICÍPIO INTERESSADO. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO. JULGAMENTO "EXTRA PETITA". NÃO CARACTERIZAÇÃO. OFENSA A PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO. DOLO GENÉRICO CARACTERIZADO. [...]

[...]

VI - Não há que se falar em julgamento "extra petita" na hipótese de decisão que enquadra o ato de improbidade em dispositivo diverso do indicado na inicial, pois a defesa atém-se aos fatos, cabendo ao juiz a sua qualificação jurídica.

[...]

(AgInt no REsp 1.618.478/PB, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 8/6/2017, DJe 19/6/2017)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. [...] IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. [...] ENQUADRAMENTO, NA INICIAL, DAS CONDUTAS NOS ARTS. 9º, 10 E 11 DA LEI N. 8.429/92 (LIA). PREJUÍZO AO ERÁRIO. DESNECESSIDADE EM RELAÇÃO AO ART. 11 DA LIA.. INDISPONIBILIDADE DE BENS E SEQUESTRO. DEFERIMENTO NOS AUTOS DA AÇÃO PRINCIPAL, A TÍTULO

Superior Tribunal de Justiça

LIMINAR. POSSIBILIDADE.

[...]

6. **Inexiste a ofensa aos arts. 9º, 10 e 11 da Lei n. 8.429/92 e 165 e 458 do CPC, pois o réu se defende dos fatos, e não de sua capitulação jurídica.** Precedente.

7. Além disto, o STJ tem firme posicionamento no sentido de que, existindo indícios de cometimento de atos enquadrados na Lei de Improbidade Administrativa, a petição inicial deve ser recebida, ainda que fundamentadamente, na fase inicial prevista no art. 17, §§ 7º, 8º e 9º, da Lei n. 8.429/92, vale o princípio do in dubio pro societate, a fim de possibilitar o maior resguardo do interesse público. Precedente.

8. É pacífico nesta Corte Superior entendimento segundo o qual, para o enquadramento de condutas no art. 11 da Lei n. 8.429/92 (tipo em tese cabível à presente hipótese concreta), é despicienda a caracterização do dano ao erário e do enriquecimento ilícito. Precedentes.

[...]

(REsp 1.163.499/MT, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/9/2010, DJe 8/10/2010)

Aplicável à espécie o disposto na Súmula 568/STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DECIDIDO MONOCRATICAMENTE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI VIOLADO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF.

1. Nos termos do art. 932, IV, a, do CPC/2015 c/c o art. 253, II, b, do RISTJ, é autorizado ao Relator negar provimento ao recurso contrário à Súmula ou à jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça, hipótese dos presentes autos, sendo que a possibilidade de interposição de agravo interno ao órgão colegiado afasta a alegação de ofensa ao princípio da colegialidade. Previsão contida na Súmula 568/STJ.

[...]

(AgInt no AREsp 1.456.753/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/6/2019, DJe 27/6/2019)

Ante o exposto, conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator